

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**PLANO PLURIANUAL
2022-2025
LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL 2022**

Toritama, 08/11/2021



01

PREÂMBULO

A person in a white protective suit is holding a black umbrella in a dark, stormy environment. The scene is filled with falling debris, possibly rain or ash, and a prominent red line runs diagonally across the frame. The background shows a cityscape with tall buildings under a dark sky with lightning. The overall atmosphere is one of chaos and danger.

PREÂMBULO

O Grande desafio durante a elaboração dos orçamentos é o de refletir as necessidades da população e da administração dentro das bases reais de arrecadação de receita, evitando assim o endividamento.

PRAZOS

PLANO PLURIANUAL, LDO e LOA

Estado e Municípios de Pernambuco

(Art. 124 § 1º da Constituição do Estado de Pernambuco)

LDO

PPA

LOA

01/08 à 31/08
(30 dias)

05/10 à 05/12
(60 dias)

05/10 à 05/12
(60 dias)

02

ESTRUTURA LEGAL DO PLANEJAMENTO



CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;**
- II - as diretrizes orçamentárias;**
- III - os orçamentos anuais.**

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LRF (LC nº 101/2000):

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: **os planos, orçamentos** e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, **durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;**



03

Estrutura do Planejamento Governamental no Brasil

ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

PLANO DIRETOR



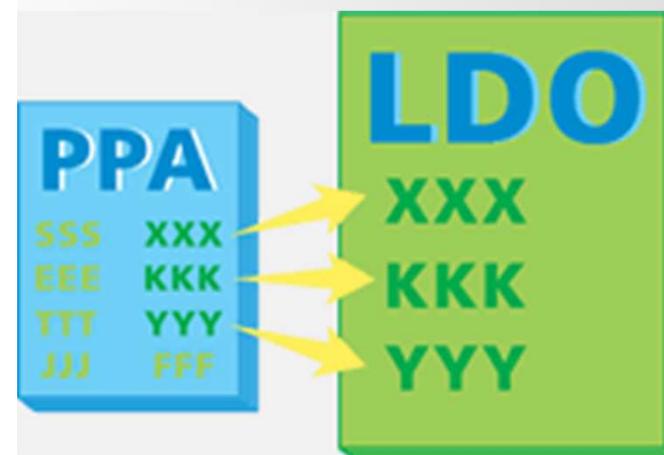
Os programas do PPA
terão metas e indicadores
quantitativos



A LDO explicitará metas e
prioridades para cada ano



A LOA reservará recursos
para sua execução.



PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

- **PPA**

Define os objetivos e metas do período
(Planejamento estratégico *p/ 4 anos*).

- Planejamento Regionalizado
- Diretrizes
- Objetivos
- Metas da Administração Pública
- Despesas de Capital
- Programas de Duração Continuada.

- **LDO**

Dimensiona as ações e metas
financeiras de cada ano
(Planejamento tático).

- Metas e Prioridades da Administração Pública
- Orienta a elaboração da LOA
- Alterações na legislação tributária
- Política das agências financeiras oficiais de fomento
- Política de pessoal
- Equilíbrio fiscal
- Limitação de empenho
- Controle de custos e avaliação dos programas
- Critério p/transferências a instituições privadas
- Auxílio e custeio de despesas da União e Estados.

- **LOA**

Provê os recursos necessários para cada
ação constante da LDO
(Planejamento operacional).

- Orçamento Fiscal
- Orçamento da Seguridade Social
- Orçamento de Investimentos nas empresas estatais.

04

DETALHAMENTO RECEITAS E DESPESAS

TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	REALIZADA EM 2020	ORÇADA EM 2021	ORÇADA EM 2022
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	99.542.419,19	104.638.000,00	111.703.000,00
1100.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.566.864,96	11.208.000,00	11.578.000,00
1200.00.00	Receita de Contribuições	1.599.396,30	1.596.000,00	1.752.000,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	579.442,37	218.000,00	65.000,00
	Aplicações financeiras	579.442,37	218.000,00	65.000,00
	Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
1500.00.00	Receita Industrial	-	-	-
1600.00.00	Receita de Serviços	-	-	-
1700.00.00	Transferências Correntes	86.467.623,61	91.415.000,00	97.948.000,00
	Cota-Parte do FPM	25.996.851,86	27.347.000,00	28.483.000,00
	Transf. de Recursos do SUS - FMS	11.097.999,37	10.101.000,00	8.862.000,00
	Outras Transferências Correntes	49.372.772,38	53.967.000,00	60.603.000,00
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	329.091,95	201.000,00	360.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	6.496.784,08	3.887.000,00	16.753.000,00
2100.00.00	Operações de Crédito	5.000.000,00	-	16.000.000,00
2200.00.00	Alienação de Bens	206.700,00	-	-
2400.00.00	Transferências de Capital	1.290.084,08	3.887.000,00	753.000,00
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	-
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	-	-	-
	RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-
TOTAL GERAL		106.039.203,27	108.525.000,00	128.456.000,00

RECEITA/2022: R\$ 128.456.000,00

RECEITA POR GRUPO PARA 2022



TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA DESPESA

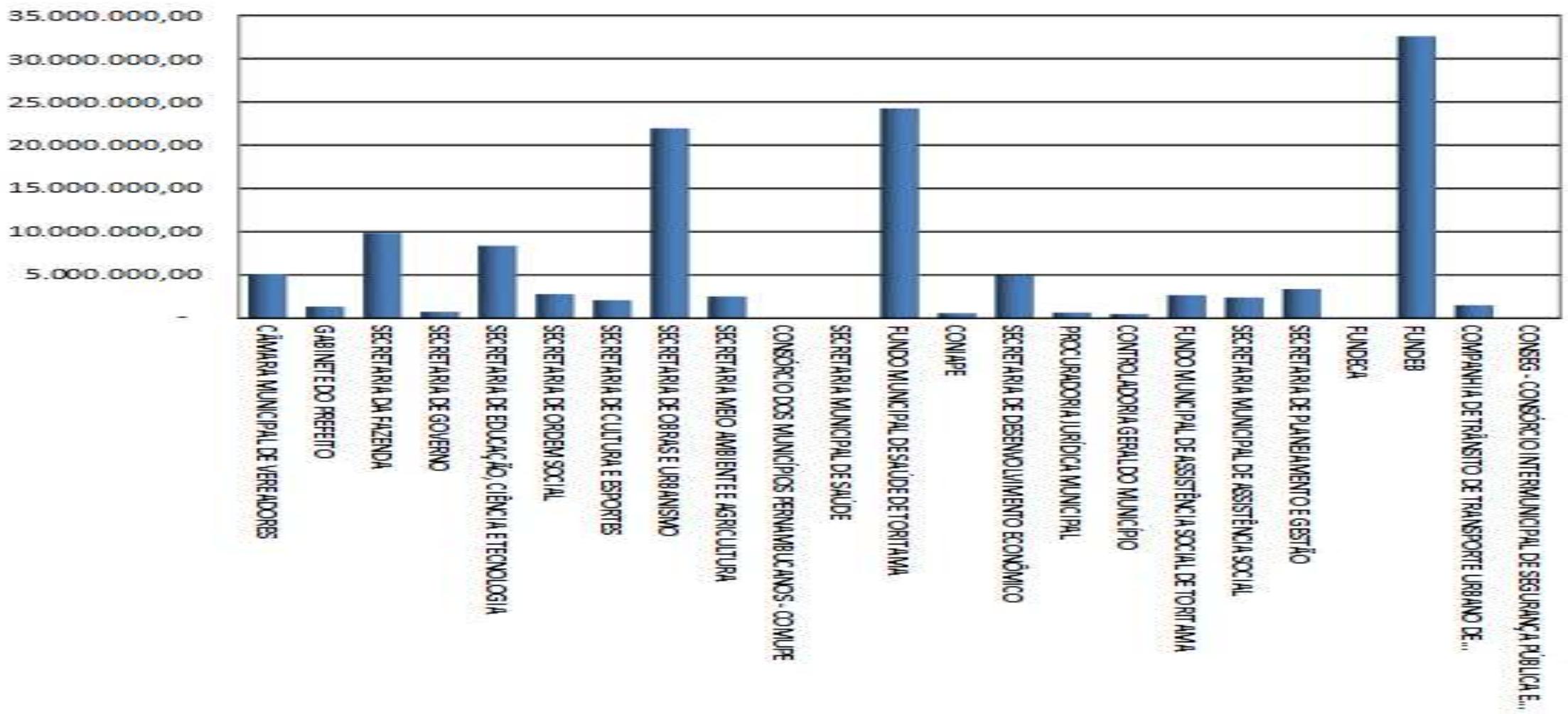
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	REALIZADA EM 2020	ORÇADA EM 2021	ORÇADA EM 2022
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	81.600.687,58	91.981.000,00	98.877.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	58.168.655,24	59.709.000,00	62.720.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	320.274,23	1.064.000,00	1.100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	23.111.758,11	31.208.000,00	35.057.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	16.990.819,29	14.451.000,00	26.230.000,00
4.4.00.00	Investimentos	16.653.322,17	13.112.000,00	23.500.000,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	-	100.000,00	200.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	337.497,12	1.239.000,00	2.530.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	2.093.000,00	3.349.000,00
	DESPESAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-
	DESPESAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-
TOTAL GERAL		98.591.506,87	108.525.000,00	128.456.000,00

DESPESA/2022: R\$ 128.456.000,00

DESPESA POR GRUPO PARA 2022



Distribuição do Orçamento por Órgãos e Fundos Especiais



05

**DETALHAMENTO
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL**

RECEITA TOTAL	R\$ 128.456.000,00
----------------------	---------------------------

<i>Orçamento Fiscal</i>	<i>R\$ 118.561.000,00</i>
-------------------------	---------------------------

<i>Orçamento da Seguridade Social</i>	<i>R\$ 9.895.000,00</i>
---------------------------------------	-------------------------

Receita da Saúde	R\$ 9.396.000,00
------------------	------------------

Receita da Assistência Social	R\$ 499.000,00
-------------------------------	----------------

DESPESA TOTAL	R\$ 128.456.000,00
----------------------	---------------------------

<i>Orçamento Fiscal</i>	<i>R\$ 98.966.000,00</i>
-------------------------	--------------------------

<i>Orçamento da Seguridade Social</i>	<i>R\$ 29.490.000,00</i>
---------------------------------------	--------------------------

Despesa com Saúde	R\$ 24.383.000,00
-------------------	-------------------

Despesa com Assistência Social	R\$ 4.807.000,00
--------------------------------	------------------

Despesa com Previdência Social	R\$ 300.000,00
--------------------------------	----------------

RECEITA DA SEGURIDADE SOCIAL

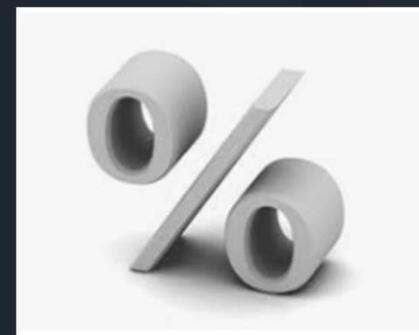


DESPESA DA SEGURIDADE SOCIAL



06

PERCENTUAIS EDUCAÇÃO E SAÚDE



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**
(ART. 212 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988)

FONTES DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
RECEITA PREVISTA RESULTANTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS		
Discriminação	Valor em R\$	%
IMPOSTOS MUNICIPAIS	7.174.000,00	12,08
DÍVIDA ATIVA	590.000,00	0,99
MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS E DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	139.000,00	0,23
SUBTOTAL	7.903.000,00	13,31
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	34.914.250,00	58,79
FPM	34.913.000,00	58,79
ITR	1.250,00	0,00
LC 87/96	-	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	16.572.500,00	27,90
IPVA	3.445.000,00	5,80
ICMS	13.087.500,00	22,04
IPI	40.000,00	0,07
SUBTOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	51.486.750,00	86,69
TOTAL DAS RECEITAS	59.389.750,00	100,00
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	27.076.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO AO FUNDEB	5.500.000,00	
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB	13.000,00	
(-) DEDUÇÃO P/ FORM. DO FUNDEB	(9.744.750,00)	
TRANSF. LÍQUIDA DO FUNDEB	22.844.250,00	
OUTRAS REC. VINC. EDUCAÇÃO, EXCETO PNAE	1.289.000,00	

Nota: Segue abaixo a relação das subfunções não consideradas para fins de limite Constitucional:

12.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 12.123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA 12.306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 12.364 ENSINO SUPERIOR

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
DESPESA ORÇADA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO		
Discriminação	Valor em R\$	%
12.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	64.960,15	0,16
12.123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	20.000,00	0,05
12.306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.983.000,00	4,81
12.361 ENSINO FUNDAMENTAL	33.330.039,85	80,76
12.364 ENSINO SUPERIOR	200.000,00	0,48
12.365 EDUCAÇÃO INFANTIL	5.290.000,00	12,82
12.366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	190.000,00	0,46
12.367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	190.000,00	0,46
DESPESA TOTAL COM EDUCAÇÃO	41.268.000,00	100,00
SUBTOTAL	41.268.000,00	69,49%
(-) TRANSFÊNCIA LÍQUIDA DO FUNDEB	22.844.250,00	
(-) RECEITAS VINCULADAS A EDUCAÇÃO, EXCETO PNAE.	1.289.000,00	
(-) DESPESAS NÃO CONSIDERADAS NO LIMITE CONSTITUCIONAL	2.267.960,15	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	14.866.789,85	25,03%

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

(Art. 7º da Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012)

FONTES DE FINANCIAMENTO DA SAÚDE			APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		
RECEITA PREVISTA RESULTANTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS			DESPESA DESTINADA ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
Discriminação	Valor em R\$	%	Discriminação	Valor em R\$	%
IMPOSTOS MUNICIPAIS	7.174.000,00	12,67			
DÍVIDA ATIVA	590.000,00	1,04			
MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS E DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	139.000,00	0,00			
SUBTOTAL	7.903.000,00	13,96	10.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.119.103,65	29,20
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	32.151.250,00	56,78	10.301 ATENÇÃO BÁSICA	6.757.260,44	27,71
FPM	32.150.000,00	56,78	10.302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	9.458.375,47	38,79
ITR	1.250,00	0,00	10.303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	189.260,44	0,78
LC 87/96	-	0,00	10.304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	105.000,00	0,43
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	16.572.500,00	29,27	10.305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	754.000,00	3,09
IPVA	3.445.000,00	6,08			
ICMS	13.087.500,00	0,00			
IPI	40.000,00	0,43			
SUBTOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	48.723.750,00	86,04	DESPESA TOTAL COM SAÚDE	24.383.000,00	100,00
TOTAL DAS RECEITAS	56.626.750,00	100,00	(-) TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	9.261.000,00	
TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	9.261.000,00		(-) COMPENSAÇÃO DE CANCEL. RAP NO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	
			DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	15.122.000,00	26,70%

07

COMPOSIÇÃO DO PPA E LOA

COMPOSIÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL LOA

OFÍCIO

MENSAGEM

PROJETO DE LEI

ANEXOS

COMPOSIÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PPA

OFÍCIO

MENSAGEM

PROJETO DE LEI

ANEXOS



OBRIGADO!

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA dos projetos de Lei nº 13/2021 e 14/2021, que tratam sobre a Lei Orçamentária Anual 2022 (LOA) e a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025, realizada no dia 08 (oito) de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um) às 9h (nove) horas na Casa Legislativa João Manoel da Silva, situada à Rua Ernesto Herculino Cordeiro, 199, Centro, Toritama-PE. Presidida por Ângela Machado, presentes o Contador-Geral João Gualberto Gomes, a Contadora Carolynne Albuquerque, a Diretora de Contabilidade da saúde Cibele da Silva, a Diretora de Contabilidade da Prefeitura Ayanne Moura, a Assessora da Controladoria Gesiane Carvalho e o Gestor de Integridade Áureo Falcão. Presente o Presidente da Câmara de Vereadores José Ferreira, o Vereador Maviael Xavier, as Vereadoras Marli Ferreira e Carolynne Kelley e o Assessor Josué Melo representante do Vereador Severino Antônio. O Senhor Áureo apresentou slides onde explicou a complexidade de planejar o orçamento. É necessário estimar receita e fixar despesas. O plano de Governo pelo Executivo está alinhado com as demandas da população e O PPA e a LOA possuem um regramento, tendo um prazo estabelecido pela constituição do estado para apresentação à sanção, assegurado a transparência. A legislação versa sobre o rito do planejamento na ADM pública, através do Plano Diretor, que está em andamento no município. A LOA estima a receita e fixar a despesa do município para o exercício financeiro de 2022. A PPA institui o Plano Plurianual do município de Toritama para o Período de 2022 a 2025. Estabelecem metas e indicadores quantitativos, é necessário pensar nas necessidades de acordo com a regionalização. A cada bimestre é feito uma avaliação nas despesas visando o equilíbrio nas receitas. O Contador-Geral João Gualberto Gomes detalhou os valores das receitas e despesas do ano de 2020 e apresentou a receita orçada para o exercício de 2021. Previsão para a receita orçada do ano 2022 de 128.000.000,00 (cento e vinte e oito milhões de reais), e detalhou os valores das receitas e despesas. Em seguida, apresentou graficamente a receita referente ao ano de 2022, e a forma que os recursos serão aplicados, como despesas correntes, despesa de capital, inversões financeiras entre outros. Seguindo o princípio do equilíbrio, a receita e a

Jose Ferreira de Carvalho
Carolynne Kelley
Uaci Ferreira do Nascimento

Angela Machado
Gesiane Carvalho
Silvia Almeida

despesa são no valor de R\$ 128.000.000,00 (cento e vinte e oito milhões de reais). Apresentou as secretarias com maior uso do orçamento. Apresentou o detalhamento do orçamento fiscal e da receita para seguridade social. Detalhamento das despesas com saúde, assistência social e previdência social. Falou do Percentual mínimo estabelecido na constituição para ser investido na educação e saúde, não pode ser inferior a 25% na educação e mínimo de 15% na saúde. Mostrou a composição total da LOA e do PPA por ofício ao Poder Legislativo que traz os detalhamentos do programa, ações e valores. A Vereadora Carolayne indagou sobre a distribuição orçamentária em cada setor. O contador explicou que foi fixado em 128.000.000 (cento e vinte e oito milhões de reais) as despesas e receitas de forma que seja capaz de atender todos as áreas de despesa do município e está regrado na legislação. No grupo da despesa os Encargos sociais engloba tudo de folha de pagamento, contribuição patronal. Juros e encargos de dívida, quando o município tem parcelamento de dívidas. Outras despesas correntes que englobam despesas custeadas com funcionamento de hospitais, escolas, UBS entre outros. Investimentos direcionado a ser executado em obras e aquisição de equipamentos de forma ampla e geral. Inversões financeiras aquisição de imóvel pronto para utilização do município. Amortização da dívida, Juros e encargos de dívidas e reserva de contingência.

João Guilherme Combe Gomes.

Carla Cristina Durão Bazzari

João Paulo da Rocha

Geniane Carvalho

Angela M. D. Machado

Carolayne Rafaelle de A. Placêncio

João Paulo da Rocha

Jéssica Maria Oliveira da Silva

Ayenne Beatriz Silva de Moura

Francisco J. M. da Silva Júnior

Roberto Albuquerque Filho

[Assinatura]